

REGULAMENTO PARA OS REGIMES DE REINGRESSO E DE MUDANÇA DE PAR INSTITUIÇÃO/CURSO DA UNIVERSIDADE DA MADEIRA

Preâmbulo

Conforme o disposto na Portaria nº 181-D/2015, de 19 de junho, alterada pela Portaria nº 305/2016, de 6 de dezembro, que disciplina os regimes de reingresso e de mudança de par instituição/corso nas Instituições de Ensino Superior, é aprovado o seguinte Regulamento para os Regimes de Reingresso e de Mudança de Par Instituição/Curso da Universidade da Madeira.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º

Objeto

O presente Regulamento disciplina os regimes de reingresso e de mudança de par instituição/corso na Universidade da Madeira (UMa), de acordo com o estabelecido na Portaria nº 181-D/2015, de 19 de junho, alterada pela Portaria nº 305/2016, de 6 de dezembro.

Artigo 2º

Âmbito

O disposto no presente Regulamento aplica-se aos ciclos de estudos conducentes ao diploma de técnico superior profissional, ao grau de licenciado e ao grau de mestre através de um ciclo de estudos integrado de mestrado, na UMa, adiante todos genericamente designados por cursos.

Artigo 3º

Conceitos

1. Para efeitos do disposto no presente Regulamento entende-se por:

- a) «Mudança de par instituição/corso» o ato pelo qual um estudante se matricula e ou se inscreve em par instituição/corso diferente daquele em que, em anos letivos anteriores, realizou uma inscrição, tendo havido ou não interrupção de matrícula e inscrição numa instituição de ensino superior;
- b) «Reingresso» o ato pelo qual um estudante, após interrupção dos estudos num par instituição/corso de ensino superior, se matricula na mesma instituição e se inscreve no mesmo curso ou em curso que lhe tenha sucedido;
- c) «Créditos» os créditos segundo o ECTS—*European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos);
- d) «Escala de classificação portuguesa» aquela a que se refere o artigo 15º do Decreto-Lei nº 42/2005, de 22 de fevereiro;
- e) «Caducidade da matrícula» - a matrícula num estabelecimento de ensino superior caduca quando um estudante, validamente inscrito e matriculado num ano letivo, não realiza uma inscrição válida no ano letivo subsequente;
- f) «Instituição de ensino superior» uma universidade, instituto universitário, escola de ensino superior universitário não integrada em universidade, instituto politécnico ou escola de

ensino superior politécnica não integrada em instituto politécnico ou universidade, de natureza pública ou privada;

- g) «Regime geral de acesso» o regime de acesso e ingresso regulado pelo Decreto -Lei nº 296-A/98, de 25 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis números 99/99, de 30 de março, 26/2003, de 7 de fevereiro, 76/2004, de 27 de março, 158/2004, de 30 de junho, 147-A/2006, de 31 de julho, 40/2007, de 20 de fevereiro, 45/2007, de 23 de fevereiro, e 90/2008, de 30 de maio, retificado pela Declaração de Retificação nº 32-C/2008, de 16 de junho.

CAPÍTULO II

REINGRESSO

Artigo 4º

Condições gerais para requerer o reingresso, instrução da candidatura e decisão

1. Podem requerer o reingresso os estudantes que:
 - a) Tenham estado matriculados e inscritos na UMa no mesmo curso, ou em curso que o tenha antecedido;
 - b) Não tenham estado inscritos nesse curso no ano letivo anterior àquele em que pretendem reingressar;
 - c) Tenha decorrido pelo menos dois semestres relativo à data da prescrição da matrícula, por força da aplicação do *Regulamento de Prescrições da UMa*.
2. A candidatura ao reingresso é requerida ao Reitor da Universidade da Madeira, através do endereço <https://candidaturas.uma.pt> nos prazos fixados por despacho reitoral, conforme referido no artigo 24º deste regulamento.
3. A decisão sobre a candidatura a reingresso é da competência do Reitor.

Artigo 5º

Restrições ao reingresso

1. O reingresso não está sujeito a limitações quantitativas.
2. A solicitação de reingresso é liminarmente indeferida quando:
 - a) O curso para o qual é solicitado o reingresso não está em funcionamento e não se encontra em funcionamento na UMa nenhum curso que o tenha sucedido;
 - b) Não tenha decorrido pelo menos dois semestres relativo à data da prescrição de matrícula;
 - c) Pedidos realizados fora dos prazos indicados no despacho a que se refere o artigo 24º deste regulamento,
 - d) O requerente possui dívidas à Universidade da Madeira e não tenha aderido a um plano de regularização das mesmas, nos termos do regulamento em vigor na UMa.
3. Nos casos em que, apesar do curso se encontrar em funcionamento, não sejam abertas vagas para o mesmo no ano letivo em causa, a decisão sobre o reingresso carece de parecer do respetivo diretor de curso.

Artigo 6º

Creditação das formações em regime de reingresso

1. A formação obtida durante a anterior inscrição no mesmo curso ou no curso que o antecedeu deve ser creditada na totalidade na nova matrícula.
2. O número de créditos a realizar pelo aluno, para a atribuição do grau ou do diploma, não pode ser superior à diferença entre os créditos totais necessários à conclusão do grau ou do diploma e aos créditos considerados no ponto 1. deste artigo.
3. Em casos devidamente fundamentados em que, face ao nível ou conteúdo de algumas unidades curriculares, não seja possível considerar a totalidade da formação obtida durante a anterior inscrição, o número de créditos a realizar para a atribuição do grau ou diploma não pode ser superior em 10% ao que resulta da aplicação da regra fixada no ponto anterior.
4. Os requerimentos de creditação e a sua atribuição seguem o estipulado no *Regulamento de creditação da formação e da experiência profissional da Universidade da Madeira*.

CAPÍTULO III

MUDANÇA DE PAR INSTITUIÇÃO/CURSO

Artigo 7º

Condições gerais para requerer mudança de par instituição/curso

1. Podem requerer a mudança de par instituição/curso:
 - a) Os estudantes que tenham estado matriculados e inscritos noutra curso ministrado pela Universidade da Madeira ou por outra instituição de ensino superior e não o tenham concluído;
 - b) Os estudantes que tenham estado matriculados e inscritos num estabelecimento de ensino superior estrangeiro em curso definido como superior pela legislação do país em causa, e não o tenham concluído.
 - c) Tenha decorrido pelo menos dois semestres relativo à data da prescrição da matrícula, por força da aplicação do regime de prescrições a que se refere o nº 2 do artigo 5º da Lei nº 37/2003, de 22 de agosto, alterada pela Lei nº 49/2005, de 30 de agosto.
2. Não é permitida a mudança de par instituição/curso técnico superior profissional, ou curso estrangeiro de nível correspondente, para ciclos de estudos de licenciatura ou ciclos de estudos integrados de mestrado.
3. Não é permitida a mudança de par instituição/curso no ano letivo em que o estudante tenha sido colocado em par instituição/curso de ensino superior ao abrigo de qualquer regime de acesso e ingresso e se tenha matriculado e inscrito.

Artigo 8º

Pré-Requisitos

Os candidatos à matrícula e inscrição por mudança de par instituição/curso na licenciatura em Educação Física e Desporto, na licenciatura em Enfermagem ou no Ciclo Básico de Medicina do Mestrado Integrado em Medicina, devem entregar documento comprovativo da satisfação dos pré-requisitos exigidos para acesso a estes cursos.

Artigo 9º

Condições habilitacionais para requerer mudança de par instituição/curso

1. Pode requerer a mudança para um determinado curso de licenciatura ou mestrado integrado o estudante que satisfaça as seguintes condições:
 - a) Ter realizado os exames nacionais do ensino secundário português correspondentes às provas de ingresso fixadas para acesso ao curso em que pretende inscrever-se, para o ano a que pretende candidatar-se, no âmbito do regime geral de acesso e nelas ter obtido as classificações mínimas exigidas, à data, para o ingresso nesta Universidade;
 - b) Para os estudantes titulares de cursos não portugueses legalmente equivalentes ao ensino secundário português, a condição estabelecida pelo número anterior pode ser satisfeita através da aplicação do artigo 20º-A do Decreto-Lei nº 296-A/98, de 25 de setembro, na sua redação atual;
 - c) Ter ingressado numa licenciatura ou mestrado integrado da UMa pelo concurso especial para maiores de 23 anos e obtido aprovação nas provas exigidas para a candidatura ao curso que pretende frequentar.
 - d) Ter ingressado numa licenciatura ou mestrado integrado da UMa pelo concurso especial para os titulares de um Diploma de Especialização Tecnológica (DET), que faculte o acesso ao ciclo de estudos pretendido, nas seguintes condições:
 - i) Caso se trate de um curso de ensino politécnico integrado na UMa, está sujeito às condições que venham a ser fixadas para a candidatura ao curso que pretende frequentar.
 - ii) Caso se trate de uma licenciatura ou integrado de mestrado do ensino universitário na UMa, ter realizado os exames nacionais do ensino secundário português correspondentes às provas de ingresso fixadas para acesso ao curso em que pretende inscrever-se, para o ano a que pretende candidatar-se, no âmbito do regime geral de acesso, e nelas ter obtido as classificações mínimas exigidas, à data, para o ingresso nesta Universidade.
 - e) Ter ingressado numa licenciatura ou mestrado integrado da UMa pelo concurso especial para os titulares de um Diploma de Técnico Superior Profissional (DTeSP), que faculte o acesso ao ciclo de estudos pretendido, nas seguintes condições:
 - i) Caso se trate de um curso de ensino politécnico integrado na UMa, está sujeito às condições que venham a ser fixadas para a candidatura ao curso que pretende frequentar.
 - ii) Caso se trate de uma licenciatura ou integrado de mestrado do ensino universitário na UMa, ter realizado os exames nacionais do ensino secundário português correspondentes às provas de ingresso fixadas para acesso ao curso em que pretende inscrever-se, para o ano a que pretende candidatar-se, no âmbito do regime geral de acesso, e nelas ter obtido as classificações mínimas exigidas, à data, para o ingresso nesta Universidade.
 - f) Os estudantes internacionais ficam sujeitos à satisfação das condições previstas no *Regulamento do Concurso Especial e do Estatuto do Estudante Internacional da Universidade da Madeira*, para o curso que pretendem mudar.
 - g) A mudança de par instituição/curso técnico superior profissional ou a mudança de ciclos de estudos de licenciatura ou ciclos de estudos integrados de mestrado para o TeSP da UMa

pretendido, exige a satisfação das condições de acesso e ingresso previstas nos regulamentos em vigor para estes cursos.

Artigo 10º

Data de realização dos exames

As provas a que se refere o artigo anterior podem ter sido realizadas em qualquer ano letivo.

Artigo 11º

Limitações quantitativas

1. A mudança de par instituição/curso está sujeita a limitações quantitativas.
2. O número de vagas para cada par instituição/curso é fixado, anualmente, pelo Reitor, através de despacho, tendo em conta as regras e limites estabelecidos pelo artigo 25º do Decreto-Lei nº 113/2014, de 16 de julho, alterado pelo Decreto-Lei nº 63/2016, de 13 de setembro, nomeadamente, em cada ano letivo, só poderem ser abertas vagas para cada curso quando tenham sido igualmente abertas para o regime geral de acesso.
3. As vagas aprovadas são divulgadas através de edital a afixar pela UMA, e também através da página da Internet www.uma.pt.

Artigo 12º

Candidatura

1. A candidatura consiste na indicação do curso em que o candidato pretende matricular-se e inscrever-se na UMA.
2. A candidatura à mudança de par instituição/curso é requerida ao Reitor da Universidade da Madeira, através do endereço <https://candidaturas.uma.pt>, nos prazos fixados por despacho do reitor, conforme referido no artigo 24º deste regulamento.

Artigo 13º

Instrução do processo de candidatura

1. Ao processo de candidatura, apresentado *online*, têm de ser anexados os seguintes documentos:
 - a) Documentos comprovativos de todos os elementos necessários à análise da candidatura, de acordo com o fixado no Anexo I;
 - b) Os candidatos à matrícula e inscrição na licenciatura em Educação Física e Desporto ou na licenciatura em Enfermagem, devem entregar o documento comprovativo da satisfação dos pré-requisitos exigidos para acesso a estes cursos;
2. O aluno deve submeter tantos processos de candidatura quantos os cursos a que se candidate.

Artigo 14º

Indeferimento liminar

1. São liminarmente indeferidos os pedidos dos estudantes que se encontrem numa das seguintes condições:
 - a) Pedidos referentes a cursos e regimes em que o número de vagas fixado tenha sido zero;
 - b) Pedidos realizados fora dos prazos indicados no despacho a que se refere o artigo 24º deste regulamento;
 - c) O requerente possui dívidas à Universidade da Madeira e não tenha aderido a um plano de regularização das mesmas, nos termos do regulamento em vigor na UMA;

- d) Pedidos não acompanhados da documentação necessária à completa instrução do processo e não suprimíveis no prazo determinado pelos serviços competentes.

Artigo 15º

Júris de seleção e seriação

O júri, incluindo o seu presidente, de seleção e seriação dos candidatos a determinado curso, pelo regime de mudança de par instituição/curso, é nomeado pelo Reitor, sob proposta do Diretor de Curso e deve incluir, no mínimo, dois professores das áreas disciplinares do curso.

Artigo 16º

Exclusão da candidatura

1. Os requerentes que prestem falsas declarações são excluídos do processo de candidatura, em qualquer momento do mesmo, não podendo matricular-se e/ou inscrever-se nesse ano letivo em qualquer curso da UMa.
2. A decisão relativa à exclusão do processo de candidatura é da competência do Reitor.

Artigo 17º

Seleção e seriação dos candidatos

1. Cabe ao júri decidir quais os candidatos que reúnem as condições de admissibilidade ao concurso.
2. Quando o número de candidatos admitidos exceda o número de vagas fixado, os candidatos admitidos são seriados pela aplicação sucessiva dos seguintes critérios:
 - a) Maior número de créditos efetuados nas áreas científicas do curso a que se candidatam;
 - b) Melhor média ponderada das classificações obtidas nos créditos considerados na alínea anterior;
 - c) Melhor média das provas de ingresso ao curso pretendido, ou das provas que as substituem no âmbito deste regulamento, prevalecendo sempre a classificação mais alta obtida pelo aluno;
 - d) Melhor média do Ensino Secundário, calculada conforme o curso seguido pelo aluno para acesso ao ensino superior.
3. O número de créditos resultante do cálculo previsto no número anterior não é necessariamente o mesmo que resultará do processo de creditação, quando aplicável.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES COMUNS

Artigo 18º

Decisão e validade

1. As decisões sobre as candidaturas à mudança de par instituição/curso são da competência do júri referido no artigo 14º.
2. As decisões sobre os requerimentos de reingresso são da competência do Reitor.
3. As decisões referidas em 1., na seleção e seriação dos candidatos, são fundamentadas por suportes materiais.
4. A divulgação das decisões sobre os requerimentos é feita por afixação junto da Unidade dos Assuntos Académicos (UAA) e através da Internet, na página da UMa, www.uma.pt.

5. O resultado final exprime-se através de uma das seguintes situações:
- a) Nas mudanças de par instituição/cursos:
 - i) *Colocado*;
 - ii) *Não colocado*;
 - iii) *Não admitido*;
 - iv) *Excluído*.
 - b) Nos reingressos:
 - i) *Deferido*
 - ii) *Indeferido*
6. A colocação é válida apenas para a matrícula e inscrição no ano letivo para que é requerida.

Artigo 19º

Reclamação

1. Das decisões previstas no artigo anterior podem os interessados apresentar reclamação, devidamente fundamentada, no prazo indicado no despacho a que se refere o artigo 24º.
2. As reclamações são entregues no Gabinete de Apoio ao Estudante (GAE-UAA) da UMa.
3. As decisões sobre as reclamações são do júri de seleção e seriação e do Reitor, conforme o regime, e são proferidas no prazo indicado no mesmo despacho.

Artigo 20º

Matrícula e inscrição

1. Os requerentes colocados devem proceder à matrícula e inscrição na UMa no prazo fixado no despacho a que se refere o artigo 24º.
2. Sempre que um candidato não proceda à matrícula e inscrição no prazo fixado, a UMa contacta, pelos meios disponíveis, o candidato seguinte da lista ordenada resultante dos critérios de seriação aplicáveis, até à efetiva ocupação do lugar ou ao esgotamento dos candidatos ao curso e concurso em causa.

Artigo 21º

Frequência

Nenhum estudante pode, a qualquer título, frequentar ou ser avaliado em unidades curriculares de um curso superior sem se encontrar regularmente matriculado e inscrito.

Artigo 22º

Erro dos serviços

1. Quando, por erro imputável direta ou indiretamente aos serviços, a seriação de um candidato não esteja correta, este é novamente seriado e ordenado na lista, sendo criada uma vaga adicional, se necessário.
2. A retificação pode ser acionada por iniciativa do candidato, no âmbito do processo de reclamação, ou por iniciativa da UMa.
3. A retificação pode revestir a forma de colocação, alteração da colocação, passagem à situação de não colocado, passagem à situação de indeferido, ou passagem à situação de excluído e deve ser fundamentada.
4. As alterações realizadas nos termos deste artigo são notificadas ao candidato através de carta registada com aviso de receção, com a respetiva fundamentação.

5. A retificação da colocação abrange apenas o candidato em que o erro foi detetado, não tendo qualquer efeito em relação aos restantes candidatos.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 23º

Alunos não colocados com matrícula válida no ano letivo anterior

Os estudantes que tenham tido uma matrícula e inscrição válidas em estabelecimento de ensino superior no ano letivo imediatamente anterior e cujo requerimento seja indeferido podem, no prazo de sete dias sobre a publicação da decisão, proceder à inscrição no curso onde tinham estado inscritos no ano letivo anterior.

Artigo 24º

Prazos

1. Os prazos em que devem ser praticados os atos a que se refere o presente regulamento são fixados anualmente por despacho reitoral.
2. Os requerimentos de reingresso e de mudança de par instituição/curso no decurso do ano letivo só podem ser aceites a título excecional, por motivos especialmente atendíveis, e desde que existam condições para a integração académica dos requerentes.

Artigo 25º

Integração curricular, creditações e classificações

1. Os alunos integram-se nos programas e organização de estudos em vigor na UMa no ano letivo em que se matriculam e inscrevem.
2. A integração é assegurada através do sistema europeu de transferência e acumulação de créditos, com base no princípio do reconhecimento mútuo do valor da formação realizada e das competências adquiridas.
3. A integração curricular, eventualmente através da fixação de plano de estudos próprio, as creditações e atribuição de classificações, cabe ao Conselho Científico/Técnico Científico da Faculdade/Escola Superior responsável pelo ciclo de estudos em que ingressaram, respeitando as normas estabelecidas no "Regulamento de Creditação de Formação e de Experiência Profissional da Universidade da Madeira", o disposto nos artigos 44º a 45º-B do Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março, republicado no Decreto-Lei nº 63/2016, de 13 de setembro, e artigos 16º e 17º da Portaria nº 181-D/2015, de 19 de junho, alterada pela Portaria nº 305/2016, de 6 de dezembro.
4. A creditação da formação realizada no âmbito de outros ciclos de estudos superiores em estabelecimentos de ensino superior nacionais ou estrangeiros, no âmbito de cursos de especialização tecnológica ou de outra formação pós-secundária, deve ser requerida via *Infoalunos*, no ato da matrícula e inscrição e deve ser instruída com as necessárias certidões de estudo e de conteúdos programáticos e cargas horárias das unidades curriculares realizadas, devidamente certificados pela instituição de origem (são aceites fotocópias, desde que seja apresentado para validação o documento original ou outro devidamente autenticado).
5. A integração em ano avançado do curso ou a inscrição em unidades curriculares de ano avançado só será possível se as unidades curriculares em causa já se encontrarem em funcionamento.

Artigo 26º

Emolumentos

1. As candidaturas aos regimes de reingresso e mudança de par instituição/curso para os cursos ministrados na UMa, estão sujeitas ao pagamento dos emolumentos em vigor.
2. As reclamações previstas no artigo 19º estão sujeitas ao pagamento do emolumento em vigor, sendo este devolvido no caso de decisão favorável ao candidato.
3. As creditações estão sujeitas ao pagamento do emolumento em vigor.

Artigo 27º

Revogação, integração de lacunas e entrada em vigor

1. É revogado o Regulamento nº 843/2016, de 25 de agosto, para os Regimes Reingresso e de Mudança de Par Instituição/Curso, da Universidade da Madeira, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 163.
2. As situações não contempladas neste Regulamento e na demais legislação aplicável são decididas por despacho do Reitor.
3. O presente Regulamento:
 - a) É publicado no Diário da República, 2ª série e divulgado no sítio da UMa na Internet, www.uma.pt;
 - b) Entra em vigor a partir das candidaturas para o ano letivo 2017/2018, inclusive.

ANEXO I

DOCUMENTOS COMPROVATIVOS DA TITULARIDADE DAS SITUAÇÕES PESSOAIS E HABILITACIONAIS COM A TOTALIDADE DOS ELEMENTOS NECESSÁRIOS AO PROCESSO DE CANDIDATURA

1. Certificado de inscrição no curso e estabelecimento de ensino superior que frequentou.
2. Certidão de aprovação em disciplinas efetuadas em curso de ensino superior com as respetivas classificações, quando for caso disso, e, caso tenham sido realizadas num curso organizado segundo o disposto no Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março, republicado no Decreto-Lei nº 63/2016, de 13 de setembro, a indicação da respetiva área científica e créditos ECTS.
3. Documento comprovativo das provas de ingresso exigidas para acesso ao curso em que o aluno se pretende candidatar e respetivas classificações.
4. Declaração comprovativa de não prescrição da matrícula e inscrição na instituição de proveniência, para o ano letivo a que se candidata.
 - a) Caso não obtenha a certidão/declaração, deverá acrescentar uma declaração sob compromisso de honra em como não se encontra em condições de prescrever no ano letivo a que se candidata, ficando contudo a matrícula condicionada à apresentação da certidão;
5. Certidões que permitam calcular a média do Ensino Secundário, conforme o curso seguido pelos candidatos para acesso ao ensino superior.
6. Para os candidatos que tenham estado matriculados e inscritos em estabelecimento de ensino superior estrangeiro em curso definido como superior pela legislação do país em causa:
 - a) Documento oficial que comprove que o curso de proveniência é reconhecido como superior pela legislação do país em causa, devidamente autenticado e traduzido para língua portuguesa ou inglesa (só para estudantes provenientes de estabelecimento de ensino superior estrangeiro).
 - b) Documento comprovativo do cumprimento artigo 20º-A do Decreto-Lei nº 296-A/98, de 25 de setembro, na sua redação atual.
7. Declaração sob compromisso de honra em como não irá concluir o ciclo de estudos até ao término do prazo de candidaturas;
8. Documento comprovativo da satisfação dos pré-requisitos, se exigidos para o curso pretendido.